

DINÂMICA SOCIAL E GESTÃO DO TERRITÓRIO: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DE CAMPO

Flaviana Gasparoti NUNES¹
Silvia Regina PEREIRA¹
Eloiza Cristiane TORRES¹
Cláudio José de SOUZA¹

Resumo: Este texto procura sintetizar as principais discussões e reflexões a partir das experiências vivenciadas no Grande Projeto de Trabalho de Campo realizado à Região Centro-Oeste por alunos e professores do 3º ano de Geografia no período de 18/06/96 a 03/07/96 que tinha como tema "Identificação e dinâmica dos agentes sociais no espaço da Região Centro-Oeste".

Palavras-chave: Região Centro-Oeste; agroindústria; exploração econômica da paisagem; gestão do território; agentes sociais.

1 INTRODUÇÃO

Este texto é produto do relatório da pesquisa realizada pelos autores acima, alunos então, do terceiro ano do curso de graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente, na Região Centro-Oeste, no período de 18/06/1996 a 03/07/1996, como parte da atividade Grandes Projetos de Trabalho de Campo, sob a orientação dos Professores Antonio Thomaz Júnior, Antonio César Leal e Eliseu Savério Spósito.

¹ Estudantes do 4º ano do curso de graduação em Geografia, FCT/UNESP/Presidente Prudente. Endereço para Correspondência: Caixa Postal: 957; CEP. 19060-900. TEL. (018) 221-5388. FAX (018) 223-2227. E-Mail: depgeo@prudente.unesp.br

Tendo como tema central a “Identificação e Dinâmica dos Agentes Sociais no Espaço da Região Centro-Oeste” e embasado no eixo “Gestão do Território”, procuramos, nessa empreitada, apreender o movimento da *realidade*.

Esse exercício teve como pressupostos algumas questões que podem ser sintetizadas nos grandes temas apontados no projeto, a saber: agroindústria, exploração da força de trabalho, urbanização e exploração econômica da paisagem.

Quanto à agroindústria, pudemos visualizar diferenças, estabelecer comparações e discutir questões como: pequena e grande propriedade e suas relações com o mercado, a atuação do Estado, relações de trabalho, impactos da “modernização” e relação cidade-campo, tendo como referência as visitas às propriedades dos municípios de Itaporã (MS) e Primavera do Leste (MT) envolvendo vários produtos como avicultura, suinocultura, sericicultura, pecuária bovina, milho e soja.

A questão da exploração da força de trabalho teve como principal exemplo o caso da utilização da mão-de-obra indígena na agroindústria sucro-alcooleira no Mato Grosso do Sul. Neste sentido, tivemos a avaliação de duas entidades envolvidas: 1) do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), que luta pela preservação e respeito às culturas indígenas, na tentativa de promover um diálogo intercultural entre raças e, 2) a FTI-MS (Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Mato Grosso do Sul), que afirma defender os direitos trabalhistas do índio da mesma forma que dos demais trabalhadores.

Tendo como exemplo a cidade de Campo Grande (MS), procuramos discutir e compreender a presença do Estado no processo de urbanização, principalmente tendo em vista sua importância estratégica para assegurar a posse e a integridade do território nacional.

A exploração econômica da paisagem foi discutida a partir das visitas a Corumbá (MS), Chapada de Guimarães (MT), Poconé e Poxoréo (MT). Nessas duas últimas cidades a ênfase maior foi dada à questão da mineração e suas conseqüências, visto que a exploração do subsolo apresenta fundamentalmente relações com a economia e tem como desdobramento a configuração da paisagem.

Todas essas grandes questões foram investigadas no intuito de identificar e compreender o conjunto de relações econômicas, sociais e políticas envolvidas e que se expressam na dinâmica da constituição e gestão do território da Região Centro-Oeste.

Desta forma, acreditamos que este Trabalho de Campo contribuiu muito para a ampliação de nossos conhecimentos, bem como para o entendimento de aspectos e processos que integram um todo maior - o próprio Brasil.

2 OCUPAÇÃO ECONÔMICA DO TERRITÓRIO

2.1 A agroindústria no Centro-Oeste

Entendendo a agroindústria a partir da perspectiva apontada por Kageyama (1987), na qual a transformação da agricultura acarretada pela modernização faz da indústria referência para agricultura, procuramos compreender como esse processo está presente e se territorializa na Região Centro-Oeste.

Para discutir essa questão, julgamos pertinente utilizar como referência as visitas realizadas a algumas propriedades dos municípios de Itaporã, na região de Dourados (MS) e Primavera do Leste (MT). A partir dessas visitas, algumas questões dentro do contexto agricultura-indústria podem ser discutidas.

Nos dias 19 e 20/06/96, o grupo do Trabalho de Campo visitou no município de Itaporã (MS) algumas pequenas propriedades agrícolas que desenvolvem atividades ligadas à agroindústria: avicultura, suinocultura e sericicultura, além do confinamento de gado de corte.

A avicultura foi conhecida na visita ao Sítio São Lucas. A propriedade possui 41,14 hectares e dedica-se quase totalmente à criação de frangos para abate, embora possua atividades complementares (piscicultura, agricultura). A implantação do aviário na propriedade foi feita em parceria com a Avipal e constituindo-se em um sistema integrado de produção e a mão-de-obra é essencialmente familiar, sendo que os recursos para investimento e construção dos barracões e infra-estrutura foram conseguidos através de financiamentos junto ao Banco do Brasil.

No Sítio Boa Vista conhecemos a sericicultura, atividade praticada há 2 anos pela família do Sr. Jaime F. de Souza. A propriedade possui 36,3 hectares e atualmente dedicam-se principalmente à criação do bicho-da-seda, sendo que apenas duas pessoas trabalham na atividade, sendo também mão-de-obra exclusivamente familiar. Quando os casulos já estão constituídos, são entregues a SSB (Sedas Shoei-Bratac S/A), que os compra para industrializá-los. Assim como a avicultura, os recursos para investimento foram conseguidos através de financiamentos junto ao Banco do Brasil.

Outra propriedade visitada, a Estância Cristina dedica-se entre outras atividades à suinocultura e possui uma área de 50 hectares. O Sr. Manoel, proprietário da Estância, ainda não conta com toda estrutura para a realização completa da suinocultura realizando apenas o processo de engorda desses animais e na “ponta” do processo está a Ceval, que os compra para o abate. O nível técnico utilizado não é muito avançado, mas o proprietário procura rebaixar custos e aumentar a produtividade verticalizando a produção. Isto é, ao mesmo tempo que planta o milho para engorda dos suínos, também utiliza os seus dejetos na área de pastagem onde realiza o confinamento de gado de corte. A mão-de-obra não é somente familiar, havendo nove funcionários assalariados para diferentes atividades.

A Fazenda Santa Luzia tem como principal atividade a pecuária de corte. A propriedade tem área de 1.573 hectares e possui cerca de 500 cabeças de gado confinado e 1.500 de forma extensiva. O confinamento traz vantagens, pois o gado engorda mais rápido além de a qualidade da carne ser superior, adequando-se às exigências do mercado. A mão-de-obra é assalariada e os funcionários residem com suas famílias na própria fazenda.

Já em Primavera do Leste (MT), o grupo constatou uma situação diferente. A região de Primavera do Leste, considerados os municípios circunvizinhos que centralizam a produção na cidade denominada “princesa da soja”, é responsável pela maior produção de grãos do Estado, que é o 3º maior produtor do país. Além disso, conta com rebanhos bovinos e suínos e já começam se instalar agroindústrias em seu distrito industrial (principalmente processadoras de derivados de milho). Também tivemos informações de que a cultura da uva de mesa é um apontamento que está sendo colocado por alguns produtores da região. Nesse caso, a produção seria destinada ao mercado do sul e sudeste do país nos meses em que outras áreas produtoras não entregam a uva no mercado.

Predominam as grandes propriedades e o grupo do Trabalho de Campo teve oportunidade de visitar uma das maiores do município, a Fazenda Santa Adriana II, que pertence ao grupo IBF (Indústria Brasileira de Filmes S/A). A fazenda conta com uma estrutura que inclui: sede, escola, alojamentos para funcionários, cantinas, casas, oficinas, armazéns, escritórios etc atuando desde 1988, quando o projeto SUDAM ofereceu incentivos aos empresários. A cultura inicial foi o café, porém não deu resultados. Atualmente, produz soja, mas estão também diversificando as atividades em função da baixa rentabilidade da soja (insumos e custos de transporte).

Dessa forma, tem um projeto de suinocultura e bovinocultura que já estão praticamente implantados. Além disso, produzem milho para ração dos suínos e

outros produtos da cesta básica. A mão-de-obra é exclusivamente assalariada e algumas famílias residem na própria fazenda.

A partir do que observamos e discutimos nas visitas realizadas, pode-se sintetizar em alguns pontos a questão da agroindústria no Centro-Oeste:

- as diferenças entre pequeno e grande produtor no que diz respeito à sua estrutura produtiva e mecanismos de integração com o mercado, na comercialização;
- o papel do Estado como agente dinamizador do processo de modernização da agricultura, mas uma modernização seletiva e concentradora, pois não acessível a todos;
- as diferentes relações de trabalho comparando-se as pequenas e grandes propriedades, demonstrando a diferencialidade presente no capitalismo que cria e recria relações não só capitalistas;
- a constante e crescente subordinação do produtor à indústria processadora que passa a ser a referência para a produção agropecuária, consolidando o processo de “caificação”;
- as diferentes facetas do progresso técnico na agricultura e a imposição do desenvolvimento das forças produtivas para que o produtor não fique à margem, ou mesmo não “quebre” ou não deixe de existir enquanto tal.

A experiência vivenciada nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul nos mostram a territorialização do processo de agroindustrialização, bem como suas diferentes expressões, o que nos leva a afirmar que não é um processo homogêneo e caracteriza-se a partir do conjunto de mediações existentes em cada lugar em específico.

2.2 Inserção e exploração da força de trabalho: o caso do índio

No intuito de estudar a exploração da força de trabalho no Mato Grosso do Sul, direcionamos tal questão para o caso indígena na região de Dourados e Campo Grande (MS).

Em Dourados (MS), no dia 19/06/96, o grupo do Trabalho de Campo visitou o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), órgão ligado a CNBB, que defende a causa indígena e aceita a participação daqueles que estiverem de acordo com a filosofia do órgão. Através dessa postura, o CIMI acredita numa integração intercultural respeitando a cultura original, o saber religioso e tecnológico sem interferências. Os

integrantes do CIMI nos passaram as idéias gerais e plano de trabalho da entidade e fizeram um histórico da presença indígena em Dourados.

O território indígena foi sendo invadido e reduzindo-se cada vez mais. O que contribui para tal fato é que a maioria das terras não são demarcadas e quando possuem algum documento de posse, esses são muitas vezes mal definidos, não tendo tanta importância aos olhos dos brancos. Nesses conflitos ocorreram e ocorrem, ainda, muitas mortes e para os que sobreviveram, resta-lhes viver em pequenas extensões de terra ou se assalariarem ou apenas viverem como diaristas, sem carteira de trabalho assinada e direitos trabalhistas.

Diante da realidade em que se encontram, estão perdendo aos poucos suas características culturais, pois já não trabalham mais em suas terras e para subsistir têm que trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar e em alguns serviços nas cidades. Com essa descaracterização há o desaldeamento de muitos índios que passam a assumir posturas de brancos, não se identificando mais com a sua própria raça, costumes e cultura. Esses e outros fatores como o acesso a bebidas alcoólicas e descontentamentos, favorecem a desestruturação desse povo e leva muitas vezes ao suicídio. Aliás, fato muito comum e crescente entre os Kaiowás, no Mato Grosso do Sul.

Ainda no dia 19/06/96 visitamos a reserva de Panambizinho no município de Dourados (MS), onde pudemos verificar a real situação de seus habitantes. São índios guarani - kaiowá e somam um total de 415 índios, sendo a maioria crianças.

A reserva possui 60 hectares de acordo com o documento analisado, fornecido pelos próprios índios. Mas os chefes contestam tal delimitação, pois dizem que seu verdadeiro território abrange uma área bem maior. Apesar de não possuírem grande área, produzem milho e mandioca utilizados na alimentação juntamente com o arroz. Também produzem peças artesanais que são vendidas à beira das estradas, principalmente pelas crianças.

Apesar de todas as transformações, ainda preservam os rituais de dança e culto religioso com ornamentos e pintura. Vivem em comunidade, com organização democrática, só que a presença do Estado gera conflitos e contradições. Uma das formas de atuação do Estado foi a criação do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) em 1910, transformado em FUNAI em 1967. Esses órgãos só têm no nome a função de protetores, pois o que realizam, antes de qualquer coisa está voltado aos interesses do Estado e dos fazendeiros.

O CIMI não concorda com as políticas de atuação da FUNAI não havendo uma relação entre eles, mesmo que defendam uma causa comum.

Para termos uma idéia da inserção do índio no mercado de trabalho, principalmente nas atividades ligadas à agroindústria canavieira no Mato Grosso do Sul, visitamos em Campo Grande no dia 20/06/96 a FTI-MS (Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Mato Grosso do Sul).

A partir da entrevista com o Sr. Ademar, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Químicas e Farmacêuticas e do Alcool de Rio Brilhante, percebemos como se dá a inserção do índio no mercado de trabalho nas usinas de açúcar e álcool nas atividades, tanto de corte como na própria planta fabril.

Os índios aldeados e desaldeados² possuem formas de trabalho e contratação diferentes. Os índios aldeados trabalham no corte da cana e são intermediados pela FUNAI que não permite que sejam registrados, tendo um contrato coletivo no qual a empresa deve adiantar uma parte do pagamento dos trabalhadores. A empresa deve garantir-lhes alimentação, alojamento (longe do branco e das bebidas alcoólicas) e o "tererê", que é tomado em intervalos de duas horas de serviço. Os índios aldeados recebem o mesmo preço por tonelada de cana que os brancos, só que trabalham menos horas. O Estado é o tutor desses índios e por não possuírem registro em carteira, as empresas contratantes ficam livres dos encargos sociais, aumentando suas porcentagens de lucro.

Já os índios desaldeados desempenham funções especializadas na planta fabril, além do corte. Estes têm suas condições de trabalhadores regulamentadas pelo Ministério do Trabalho como qualquer trabalhador.

O sindicato não tem por parte dos aldeados a parcela que lhe cabe, por lei, da contribuição sindical, por isso tem interesse de que os índios sejam registrados e assim se tornem associados do sindicato e contribuam com a porcentagem estabelecida. Representantes da Federação estão sempre tentando um acordo com a FUNAI na intenção de que mudem a forma de contratação dos índios.

Percebemos que o CIMI e a Federação têm posturas bastante divergentes em relação ao problema do índio no mercado de trabalho. O sindicato procura defender os direitos dos índios como de qualquer trabalhador, independente de suas particularidades étnicas e culturais. O CIMI, por sua vez procura lutar para que o índio não perca essas características e viva em harmonia na sociedade dos brancos, enfim, que haja um diálogo inter-cultural.

² Os aldeados são aqueles que possuem vínculos com sua aldeia e os desaldeados são aqueles que se desligaram de seu povo, de sua cultura, não sendo considerados mais índios.

2.3 A Urbanização e a Atuação do Estado

O início do processo de ocupação da região Centro-Oeste ocorreu há mais de 2 séculos, mas o processo de urbanização verificado nessa região, principalmente nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, se no século XIX e início do século XX pouco significou, comparável ao que ocorreu em outras áreas do país, se intensificou nos últimos 50 anos.

Mesmo com o investimento particular atuando para a ocupação recente do território, o poder público teve papel importantíssimo em tal empreitada, pois foi ele que iniciou e comandou (e ainda comanda, em parte) tal processo. Essa prática governamental torna-se evidente em cidades como Corumbá e Campo Grande (MS).

Quanto ao Estado e suas relações com o urbano, lembramos Castells (1977) que relaciona a intervenção do Estado na problemática urbana, salientando que as práticas políticas têm por objeto as relações de classe e objetivo, o Estado. Dessa forma, essas práticas se definem pela classe dominante sobretudo através das intervenções do aparato político-jurídico e pelas classes dominadas através da luta política de classes.

Assim, asseguram-se os interesses da classe social dominante, no conjunto da formação social e a reorganização do sistema de modo que se dê a reprodução estrutural do modo de produção dominante.

Em Campo Grande, temos o Estado como principal agente produtor da cidade e de certa forma, ocorre um conflito entre as três esferas do poder (municipal, estadual e federal). A esfera municipal fica em segundo plano, prevalecendo as decisões e intervenções da esfera estadual que se faz mais presente na produção do espaço urbano. A esfera federal tem um papel importante quanto à instituição dos militares no território na perspectiva da segurança nacional.

Porém, se o Estado se faz presente de algumas formas, exime-se em áreas básicas como a infra-estrutura, moradia, educação. Na cidade de Campo Grande onde o grupo do Trabalho de Campo procurou verificar a atuação do Estado no processo de urbanização, percebemos a ausência de uma política de planejamento para o crescimento da cidade. Um exemplo é a precariedade do saneamento básico não só na capital como em outros municípios (em Corumbá, por exemplo, nenhum bairro dispõe de rede de esgoto). Além disso, a cidade é palco de disputa das esferas do Poder Público, como já mencionamos, e o governo estadual até o momento sobressai-se nesta disputa através da realização de grandes obras com fins nitidamente eleitoreiros.

Em Campo Grande, a moradia é um problema grave e o Estado têm construído conjuntos habitacionais nas áreas periféricas da cidade, como por exemplo o conjunto habitacional Aero Rancho IV, por nós visitado no dia 22/06/96.

A partir destas observações pudemos constatar as diferenças quanto ao processo de formação das cidades mais antigas e das mais novas na região Centro-Oeste brasileira. Enquanto nas primeiras o Estado teve papel fundamental para consolidar sua formação, nas últimas é a iniciativa privada, representada por grandes complexos agroindustriais e produtores pecuários que, ao expandirem a fronteira agrícola, tornaram-se os grandes promotores do surgimento de novos núcleos urbanos.

2.4 Exploração econômica da paisagem

Quando propusemos em nosso projeto de Trabalho de Campo a investigação e compreensão da exploração econômica da paisagem através de sua "comercialização" sob diferentes formas, pensamos no turismo e extrativismo mineral. Este último tendo como exemplo Poconé (MT) e o turismo a partir das visitas à Chapada de Guimarães (MT) e Pantanal (MS).

Desta forma, procuramos compreender como se dá essa exploração no casos estudados, bem como identificar processos e relações envolvidas.

Quanto à concepção de paisagem, nos apoiamos naquela adotada por Leite (1983):

"O território se torna paisagem quando é descrito através de suas características fisiográficas e ambientais. A paisagem varia de acordo com essas características e também de acordo com o impacto histórico do homem sobre ela. Portanto, a paisagem é um reflexo dinâmico dos sistemas natural e social".

Percebemos, então, que a paisagem engloba não só o natural como também o social e que "por trás" de cada paisagem existem determinações de ordem social, econômica, política, cultural, etc.

2.4.1 Mineração em Poconé e Poxoréo

A partir das visitas a Poconé e Poxoréo, o grupo procurou investigar a mineração como uma forma de exploração econômica da paisagem.

A mineração constitui um dos ciclos fundamentais da economia brasileira no início do século XVIII, sendo que muitas cidades surgiram no roteiro das minas ou

em função das mesmas. O fato é que o “homem moderno” tornou-se ao longo dos anos muito dependente dos insumos provindos da mineração e a busca pelo conforto mostra que este tipo de degradação tende a crescer, se a exploração não levar em conta projetos de recuperação e fatores de interesse público.

No caso de Poconé, visitada por nós no dia 01/07/96, pudemos observar a exploração do ouro laterítico que exige a escavação profunda até que se encontre a jazida de ouro, formando grandes crateras que normalmente tornam-se lagoas artificiais.

Além desse fato, a utilização do mercúrio para amalgamação causa graves problemas à saúde da população local e dos garimpeiros, também poluindo os rios e alguns lençóis freáticos.

Quanto a Poxoréo, onde pudemos investigar no dia 28/06/96 a mineração de diamantes, o que mais ficou evidente foram as conseqüências ambientais e econômicas dessa atividade, visto que a cidade está em declínio como centro minerador.

Em visita a um garimpo em Poxoréo pudemos observar que os garimpeiros reconhecem ser necessária a recuperação do solo que vai sendo revolvido; entretanto, atribuem a responsabilidade ao governo ao invés de empregarem técnicas menos impactantes ou recursos para a conservação das áreas de extração.

Na exploração econômica da paisagem através da mineração, percebemos que a paisagem é concebida como um meio de obtenção de lucros sem levar em conta os efeitos prejudiciais ao meio-ambiente e à própria sociedade.

2.4.2 O turismo: Chapada de Guimarães e Pantanal

O turismo, outra forma de exploração econômica da paisagem, foi observado nas visitas à Chapada de Guimarães e Pantanal.

Percebemos que a Chapada de Guimarães além de sua importância geológica, geomorfológica e arqueológica apresenta a paisagem como fator econômico determinante. Dessa forma, as relações econômicas e conseqüentemente sociais e políticas naquela região giram em torno da paisagem da Chapada e sua exploração ou mesmo sua “comercialização”.

O mesmo também ocorre na região do Pantanal, cuja paisagem é conhecida mundialmente como santuário ecológico, isso por possuir a fauna e flora mais ricas do planeta.

Sua diversidade natural pode ser explicada pela localização do Pantanal, entre os ambientes da floresta amazônica e da floresta atlântica, que ao inter-relacionarem produziram uma paisagem singular.

O aumento do fluxo turístico ao Pantanal, além de provocar crescimento da infra-estrutura necessária para o atendimento dos visitantes, tem contribuído para a ampliação das áreas de acesso rumo ao interior da região, comprometendo a integridade da paisagem natural.

Em visita à Corumbá (MS) no dia 24/06/96, pudemos notar como a exploração da paisagem do Pantanal está na base da economia da cidade. Em todos os cantos da cidade podem-se encontrar vários tipos de objetos ou “lembranças” como camisetas, bonés, brincos, cartões-postais, entre outros que se referem aos aspectos da paisagem local. Além disso, os passeios de barco no rio Paraguai, as pousadas, hotéis e restaurantes são também expressões da “comercialização” da paisagem, pois muitos comerciantes vivem dos lucros obtidos nesse tipo de negócio, visto que o Pantanal é visitado por milhares de pessoas anualmente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a partir das questões investigadas no Trabalho de Campo e dentro da perspectiva apontados no projeto em termos de tema e eixo temático, podemos dizer que as observações empíricas apoiadas nas pesquisas bibliográficas, além das próprias discussões ocorridas no grupo de Trabalho de Campó nos possibilitaram compreender a realidade que se materializava dentro de uma perspectiva geográfica, isto é, procuramos estabelecer uma relação constante entre teoria e prática.

Como um dos objetivos era a própria compreensão das determinações do eixo temático intitulado gestão do território, pudemos constatar que a gestão do território está diretamente ligada com as “relações de força” que permeiam a sociedade. A gestão do território, desta forma, implica controle por parte dos agentes sociais hegemônicos que compõem a sociedade. E ao lado dos setores hegemônicos, associa-se a figura do Estado que acaba por se personificar enquanto elemento hegemônico, sempre associado e legitimando os interesses dos grupos dominantes. Isso pode ser percebido através da atuação do Estado, por exemplo, no processo de “modernização” da agricultura e constituição dos CAI’s no qual acabou por beneficiar apenas uma parcela dos atores envolvidos. Na experiência que tivemos na região de Dourados, percebe-se claramente como os pequenos produtores tiveram que se adequar às exigências do mercado diante desta “modernização”.

Em vista disso, as questões investigadas nos mostraram alguns elementos para o entendimento desta dinâmica dos agentes sociais, bem como os mecanismos de gestão do território por parte dos agentes hegemônicos.

No processo de modernização da agricultura e constituição dos CAIs nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, constatamos as diferencialidades presentes que promovem uma heterogeneidade de espaços, pautada em relações contraditórias que compõem a sociedade capitalista.

Sendo assim, os processos mencionados não se manifestam e não se territorializam igualmente. Além disso, um dos agentes que se sobressai é o Estado, tanto na questão da modernização da agricultura como da urbanização como procuramos mostrar e na própria exploração da força de trabalho indígena e no turismo e extrativismo.

A exploração econômica da paisagem revelou também as várias facetas que pode conter. No entanto, percebemos que seja o Estado ou a iniciativa privada, o caráter econômico sempre prevalece, sendo a paisagem não só um recurso como também um meio de obtenção de lucros.

Todas essas questões mostram como os agentes sociais hegemônicos e o Estado fazem a gestão do território. E é a partir dessa gestão que se explica a configuração territorial, ou seja, os mecanismos de ordenamento e caracterização dos diferentes lugares e seus atores.

4 BIBLIOGRAFIA

- BAXTER, Michael. **Garimpeiros de Poxoréo**. Poxoréo: Prefeitura Municipal, 1975.
- CASTELLS, Manuel. **La cuestión urbana**. México: Siglo Veintiuno, 1977.
- COSTA, W. M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.
- IBGE. **Geografia do Brasil: Região Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: SERGRAF, 1977.
- KAGEYAMA, A. (org.) **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Campinas, 1987. Universidade de Campinas. (mimeog.)
- MANGOLIM, O. **Povos indígenas no Mato Grosso do Sul: viveremos por mais 500 anos**. Campo Grande: CIMI, 1993.
- MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova**. São Paulo, n. 23, março/1991.

OLIVEIRA, A.U. de. Agricultura e indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 58, p. 5-64, 1982.

THOMAZ JR, A. Em defesa da teoria no Trabalho de Campo. **Caderno Prudentino de Geografia**. Pres. Prudente, n. 13, p. 16-27, jun. 1991.

THOMAZ JR., A. **Por Trás dos Canaviais, os (Nós) da Cana. (Uma Contribuição ao Entendimento da Relação Capital x Trabalho e do Movimento Sindical dos Trabalhadores na Agroindústria Canavieira Paulista)**. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

VEIGA, M.; FERNANDES, F. R. Poconé: um campo de estudo de impacto ambiental do garimpo. **Jornal Folha do Estado**. Cuiabá, 29 e 30 de jun. 1996.